



Juiz de Fora
Setembro 2016
Nº 276

JORNAL DO Sinserpu

CSPB-FESERP-CSB

SINSERPU-JF, FESERP-MG e CSB lutam em Brasília contra o PLP-257



Os direitos dos servidores municipais, estaduais e federais estão ameaçados. Já aprovado na Câmara Federal, o PLP-257/2016 quer retirar direitos históricos da categoria. Ele propõe o congelamento dos salários, o aumento da contribuição previdenciária, a suspensão de concursos e as privatizações dos serviços públicos. O projeto foi encaminhado para discussão e aprimoramento no Senado. Os servidores mineiros - incluindo um grupo de Juiz de Fora vinculado ao SINSERPU-JF e à FESERP -, estiveram em Brasília para protestar contra o PLP - 257. Os trabalhadores enfrentaram os tubarões e tiveram momento de grandes embates com

seguranças da Câmara Federal. Os políticos que defendem o projeto defendem na verdade o calote das dívidas de governadores e prefeitos e atacam as conquistas do trabalhador que alcançou o seu espaço no serviço público por competência própria.

TRUCULÊNCIA

Com o objetivo de conter a mobilização dos servidores, o projeto de Lei entrou antecipadamente na pauta da Câmara para votação em 1º de agosto. E prosseguiu no dia 2, com cenas de muita truculência da Polícia Legislativa, que impediu a entrada dos trabalhadores no Plenário. Servidores e dirigentes foram empurrados pelos

agentes da Câmara e até o vidro de uma das portas de entrada foi quebrado em consequência da violência dos policiais.

Na semana seguinte, houve nova votação e enfrentamento dos servidores entre eles integrantes do SINSERPU-JF, FESERP e CSB. A resistência dos servidores no embate conseguiu derrubar artigos do PLP 257 como a suspensão do aumento salarial por dois anos e o congelamento de concursos públicos por cinco anos. Permaneceu no texto, porém a exigência de que os gastos primários de Estados e municípios não ultrapassem o realizado no ano anterior acrescido da variação da inflação. Ou seja, se a proposta passar, o servidor não terá mais ganho real.

3

Parcelamento gera prejuízo à categoria

4

Sindicato cobra mais segurança nos postos de trabalho

4

PJF transfere conta do servidor para CEF

EDITORIAL

► Em ano de Olimpíadas é preciso lembrar que o país vivencia um jogo sujo. No tatame há uma luta desigual entre o avanço e o retrocesso. Nas raias, nadam lado a lado, os que lutam por um Brasil melhor e os que querem a nação entregue às multinacionais. No campo, um time que busca a igualdade de gêneros, raças e credos e outro que nega a diversidade.

Vivemos tempos sombrios com o avanço a passos largos do conservadorismo. Nós, servidores municipais, estaduais e federais estamos ameaçados de perder nossos direitos. No Congresso há duas propostas que atacam os direitos do servidor. Uma delas é o PLP/PLC 257 e a outra é a PEC 241.

Ambas são pacotões de maldade que precisam de muita mobilização para ser combatidas. Fazendo a nossa parte, sindicalistas e servidores de Juiz de Fora ligados à

FESERP e à CSB e de todo o país nos mobilizamos para impedir que medidas perversas sejam aprovadas.

Mas a destruição das conquistas não atinge só os servidores, afeta os trabalhadores em geral. O governo golpista de Michel Temer quer acabar com o SUS e instituir planos populares, privatizando a saúde pública, quer acabar com o décimo terceiro salário e com o direito a férias (medidas já aprovadas pelo Senado). Trabalha, ainda, para por fim à hora-extra e aos adicionais noturnos e de insalubridade. Essas são apenas alguns golpes que os abutres que tomaram o poder na marra estão tramando contra o povo. A única saída, a meu ver, é a luta dos trabalhadores. Precisamos nos unir e lutar.

Amarildo Romanazzi
Presidente do SINSERPU-JF



PEC 241

E agora, quem vai pagar o pato?

► Além do PLP- 257 uma bomba ameaça explodir no colo do servidor e dos trabalhadores em geral. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, de Michel Temer representa um dos mais cruéis retrocessos para o país. Ela quer reduzir o aumento dos gastos públicos à taxa de inflação por um período de 20 anos.

SEM INVESTIMENTOS: Isso significa que direitos elementares, como saúde e educação não terão o investimento público necessário e por isso ficarão em situação ainda pior. Para os servidores, a PEC 241 representa salários mais baixos. Por 20 anos, a categoria contaria apenas com a possibilidade de correção inflacionária e não poderia mais contar com ganho real.

Trabalhadores e instituições de defesa dos seus direitos precisam estar em estado de alerta. Se não houver resistência, a medida trará danos sociais irreparáveis, enquanto o empresariado seguirá favorecido e resguardado.

EM TRAMITAÇÃO: A PEC 241 já tramita na Câmara dos Deputados. A orientação do Palácio do Planalto é para que os congressistas acelerem os trabalhos de apreciação da matéria. Ou seja, os golpistas querem que o rolo compressor passe rapidamente sobre o povo para restabelecer a força perdida nos governos Lula e Dilma. Porque nos tempos do PT no poder, os ricos não perderam, mas o povão subiu alguns degraus na escala social o que para eles é inadmissível. Agora, com o golpe institucionalizado, é preciso muita luta.

EXPEDIENTE: JORNAL DO SINSERPU-JF

Sede: Rua São Sebastião, 780 - Centro - CEP: 36015 - 410 - Juiz de Fora
Tel.: (32) 3215 -1855 - E-mail: sinserpujf@yahoo.com.br

Diretor de Comunicação
Joaquim Tavares

Jornalista Responsável
Márcia Carneiro

Diagramação
Joel de Oliveira

Tiragem: 5.000
Impressão: Fox (32) 3221 - 5185
Distribuição gratuita

Justiça garante conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário

▶ Servidores municipais voltam a ter direito à conversão de um terço das suas férias em abono pecuniário. O sindicato conseguiu na Justiça a confirmação de um direito que o município se negava a colocar em prática. Como aconteceu nas negociações salariais, o Município tentou prejudicar os servidores suspendendo o que lhes é garantido legalmente, porém, mais uma vez, foi derrotado.

A administração alegava possibilidade de descontrole na previsão de folha de pagamento mensal. Argumentava que, segundo dados apresentados pela Secretaria da Fazenda Municipal, havia a previsão de que os gastos com essas despesas atingiriam o patamar de 48,42% da receita corrente líquida. Isso, conforme avaliação dos gestores, “colocaria o município próximo do limite prudencial de gastos com pessoal.”

PRÁTICA ILEGAL De acordo com o entendimento da advogada do sindicato, Elisângela Márcia do Nascimento Vidal, a postura do município é incompatível com o que prevêem a Lei Municipal 8.710 e a Constituição Federal. Por esse motivo, o SINSERPU-JF entrou com ação coletiva em favor da categoria que se saiu vitoriosa.

PRAZO DE 60 DIAS Mediante a sentença, o SINSERPU-JF exigirá da PJF que retorne com a opção de transformar um 1/3 das férias em pecúnia no formulário de solicitação de férias. Havendo resistência da administração basta o servidor apresentar um requerimento no prazo de antecedência definido por lei, ou seja, no mínimo 60 dias.

Ainda de acordo com o artigo segundo a mesma lei, no cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do

SINDICATO + TRABALHADORES = CONQUISTAS



adicional de férias. Conforme sentença judicial, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que os limites previstos nas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange às despesas com pessoal, não podem servir de justificativa para o não cumprimento de direitos dos servidores.

Servidor tem perdas com parcelamento do IPCA

“Luta será recuperar o que foi tirado na gestão Bruno Siqueira”

▶ A conquista da recomposição do IPCA 2015/2016 ninguém tira do servidor municipal. Afinal, a gestão Bruno Siqueira jogou com a garra de um Neymar para surrupiar a recomposição salarial do funcionalismo. Não esperava, porém, que o fórum sindical e os trabalhadores comparecessem com a fibra de Marta no contra ataque. E o jogo terminou bem: 1 a zero para a categoria.

ABOCANHANDO SALÁRIOS: Mas como os tubarões nunca abrem mão de levar vantagem em tudo, conseguiram abocanhar uma parte do salário do servidor. Isso porque parcelou o índice inflacionário do período, entre fevereiro e junho de 2016 (veja tabela em anexo).

De acordo com o presidente do SINSERPU-JF, Amarildo Romanazzi, foi por esse motivo que o sindicato e

a categoria rejeitaram a primeira proposta da Administração, que era o parcelamento do índice de 7,19%. Logo em seguida, não satisfeitos, os gestores conseguiram piorar a proposta, levando os trabalhadores à greve.

Ao final, a proposta de parcelamento foi aceita, porque o prazo para a concessão de reajuste em ano eleitoral se encerrava, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, o SINSERPU-JF não abriu mão da perda dos índices negados aos servidores.

RECUPERAÇÃO DAS PERDAS: Na próxima campanha, o sindicato não deixará barato: a luta será tentar recuperar todas as perdas da gestão Bruno Siqueira. Amarildo informa que após as eleições convocará uma assembleia para a construção da pauta e a reivindicação do período 2016/2017, uma vez que a data-base no próximo ano é janeiro. “Queremos receber no final de janeiro com o reajuste. Não vamos mais permitir atrasos na negociação. Temos que inaugurar uma nova era.”

Abuso: categoria é refém de usuários e ladrões

Servidores são agredidos no trabalho

► SINSERPU-JF cobra presença de guardas municipais em unidades de atendimento ao público de maior vulnerabilidade.

Servidores municipais que trabalham com atendimento ao público, principalmente na área da saúde, estão inseguros com o aumento da violência nos locais de trabalho. Somente em julho, a Polícia Militar registrou quatro ocorrências de agressão física cometida por usuários e assaltantes contra o trabalhador da Prefeitura.

No dia 20 de julho, uma técnica de enfermagem do Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente foi atacada por uma mulher que havia levado seu filho de dois meses para vacinar. Na semana anterior, uma servidora havia sido ameaçada com faca em um assalto em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPs).

Outros atos de violência aconteceram ao longo dos últimos meses. Denúncias de agressões contra funcionários da AMAC cometidas por adolescentes atendidos pela Casa Abrigo foram apresentadas ao SINSERPU-JF. Os assistidos são considerados em situação de vulnerabilidade e encaminhados pela Justiça à instituição, dentro de uma parceria com PJJ. Além disso, dois vigias da prefeitura foram roubados por assaltantes que também usaram faca para levar seus pertences em um espaço cedido ao Demlurb pela Cesama, na Rua Benjamin Constant.

VIOLÊNCIA SUBNOTIFICADA: De acordo com o presidente do SINSERPU-JF, Amarildo Romanazzi, o número de denúncias dessa natureza tem sido alto e que nem todos os casos chegam ao conhecimento do sindicato. Agressões verbais são práticas corriqueiras e podem ser constatadas por



Na Câmara, presidente do Sinserpju-JF denuncia casos de agressões cometidas contra os servidores

qualquer pessoa que esteja em algum dos postos de atendimento público.

Os servidores são unânimes em confirmar as agressões, porém, dizem que por não serem autorizados pela Administração a se manifestarem não podem ser identificados nas denúncias. A própria reportagem do **Jornal do Sinserpju** flagrou uma cena de agressão verbal em um dos setores no início de agosto. Um usuário gritava com o atendente, chamando-o de “otário” e “babaca”, sem que houvesse reação do servidor.

FALTA SEGURANÇA: De acordo com a coordenadora do órgão, que também não se identificou para evitar represálias, as pessoas chegam ali com problemas pessoais, com transtornos mentais ou alcoolizadas e despejam sua agressividade no servidor. “Precisamos ter tranquilidade no trabalho, para isso, teríamos que contar com mais segurança.” Após as denúncias, SINSERPU-JF e Sindicato dos Médicos se reuniram reivindicaram a realização de uma audiência pública, que aconteceu no dia 22 de agosto.

PJJ transfere conta de servidor para Caixa

► Os servidores municipais passarão a receber pela Caixa Econômica Federal, a partir do dia 31 de outubro. O cronograma do cadastramento da categoria para abertura de conta salário foi apresentado ao SINSERPU-JF por representantes da CEF e da PJJ em reunião na última terça-feira, dia 23.

Ficou acertado entre as partes que a Prefeitura fará o agendamento prévio para o cadastramento de cada servidor e aposentado, com data, hora e local a ser definido. A abertura das contas começará a partir deste mês de setembro, com a criação de postos de cadastramento na CEF do Manoel Honório, na Agência Manchester (Av. Rio Branco), na agência da Rua Oscar Vidal e no saguão externo do andar térreo do prédio da PJJ.

O atendimento será exclusivo para os servidores municipais das 8h às 20h. O sindicato acompanhará o processo de mudança e ficará atento às ofertas que não

satisfaçam às necessidades do servidor.

DIREITOS DO SERVIDOR

O SINSERPU-JF esclarece que o servidor tem direito de optar pela portabilidade no momento do cadastramento se assim o desejar. Ele poderá, inclusive, pegar o formulário à disposição no sindicato que lhe garantirá a opção de permanecer no Banco do Brasil.

A direção do sindicato alerta para às explicações dos atendentes da Caixa no momento do cadastramento, pois serão oferecidas várias modalidades de conta, incluindo aí, pagamento de tarifas. Qualquer dúvida o servidor poderá procurar o sindicato, entre 8h e 18h, para orientação.

A transferência da conta do Banco do Brasil para a Caixa acontece após licitação realizada pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos (SARH), que publicou o edital no Atos do Governo do dia 13 de agosto.